

Por que as nações fracassam?

Fernando de Holanda Barbosa

As nações fracassam economicamente devido a suas instituições políticas. Esta é a resposta de Acemoglu e Robinson à pergunta deste artigo, título do livro publicado recentemente por esses autores, nos Estados Unidos.¹ Esse livro será leitura obrigatória para todos aqueles que querem compreender o processo de crescimento econômico. A mecânica do crescimento econômico já é bastante conhecida da teoria econômica e baseia-se na acumulação de capital físico, de capital humano e na inovação tecnológica. Por que muitas nações pobres são incapazes de usar esse conhecimento comum, disponível em qualquer livro texto de economia, para transformar suas economias trilhando o caminho do crescimento?

Em Zimbábue e Serra Leoa, da África, na Argentina, Bolívia e Venezuela, da América Latina, na Coreia do Norte e no Uzbequistão, da Ásia, no Egito, do Oriente Médio, não é a geografia, a cultura, tampouco a sorte ou a ignorância da classe dirigente que explicam o fracasso econômico dos mesmos. Onde está o nó górdio dessa questão?

A origem do fracasso reside na incapacidade desses países de cons-

truírem instituições econômicas, que determinam os incentivos e as restrições para os diferentes agentes econômicos (consumidores, trabalhadores, empresários, políticos) e que moldam os resultados econômicos. Essas instituições abrangem o direito de propriedade, a liberdade de escolha de cada cidadão, o respeito aos contratos e às leis, o desenho de mecanismos e políticas para que grupos de interesse não se apropriem do bolo sem terem participado na sua produção, a segurança e a proteção das pessoas e a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade em qualquer ação e/ou atividade.

Dependência

A construção das instituições econômicas, segundo a teoria de Acemoglu e Robinson, depende das instituições políticas. Estas são classificadas em dois tipos: extrativas e inclusivas. Instituições políticas extrativas criam instituições econômicas extrativas, transferindo riqueza e poder para as elites do país, deixando marginalizada a maior parte da população. Esse tipo de instituição pode até produzir crescimento econômico. Mas esse crescimento não é sustentável porque esse processo é incompatível com a manutenção e a concentração do poder na mão de uma elite predadora.

As instituições políticas inclusivas são baseadas no pluralismo, produzem o império da lei, princípio segundo o qual as leis devem ser aplicadas igualmente para todo mundo. Essas instituições políticas geram instituições econômicas com os incentivos apropriados para o investimento em capital físico, a formação do capital humano e a inovação tecnológica que levam à prosperidade, e, portanto, ao aumento do bem-estar material da população. A segunda

parte da teoria de Acemoglu e Robinson procura explicar porque instituições políticas inclusivas surgiram em algumas partes do mundo e não em outras.


O livro de Acemoglu e Robinson relata também fatos pitorescos, que na verdade fazem parte da tragédia de alguns países, como é o caso da Argentina. Segundo os autores, Simon Kuznets, Prêmio Nobel de Economia de 1971, afirmava que no mundo existiam quatro tipos de países: desenvolvidos, subdesenvolvidos, Japão e Argentina. O Japão entrava nessa classificação devido ao seu crescimento, depois da Segunda Guerra Mundial, tornando-se um país do Primeiro Mundo. Quanto à Argentina, a afirmação de Kuznets baseava-se no fato de que na época da Primeira Guerra Mundial aquele país era um dos mais ricos do mundo. De lá para cá a Argentina vem ladeira abaixo e hoje em dia é um país considerado emergente, o novo jargão para subdesenvolvimento. Por que eles andaram para trás? A resposta, de Acemoglu e Robinson, baseia-se no fato de que as instituições políticas da Argentina são extrativas, construídas na época de ouro da economia exportadora de produtos agrícolas. Essas instituições perduram até os dias atuais, num equilíbrio político de forças retrógradas que mantêm o *status quo*, impedindo o surgimento de instituições políticas do tipo inclusivas que produziriam instituições econômicas capazes de gerar o círculo virtuoso do crescimento econômico.

Brasil

O livro de Acemoglu e Robinson trata também do caso brasileiro. Afinal de contas nossas instituições políticas são inclusivas ou extrativas? Os autores descrevem a coalizão das forças políticas e das organizações sociais na redemocratização do Brasil, que, em grande parte, são responsáveis pela construção das instituições políticas depois do regime militar. Eles descrevem a greve dos metalúrgicos na fábrica da Scania, na cidade de São Bernardo, em maio de 1978, o surgimento do líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, sua transformação em líder político com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e sua ascensão à Presidência da República. Atribui, erradamente, um papel desempenhado pelo PT na construção de instituições econômicas inclusivas no Brasil, que somente ocorreu depois da Carta aos Brasileiros, na campanha política da primeira eleição do presidente

A origem do fracasso reside na incapacidade dos países de construir instituições econômicas, que determinam os incentivos e as restrições para os diferentes agentes econômicos

Lula. Nessa carta, o PT deixa de lado o projeto antimercado de sua tradição histórica, de reverência sistemática ao modelo cubano, e embarca na canoa da democracia social, no rio já navegado pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso.

Acemoglu e Robinson erraram no varejo no caso brasileiro, mas o livro acerta no atacado, mostrando a importância das instituições políticas aqui e em qualquer lugar do mundo, onde se queira levar adiante um processo de crescimento econômico com justiça social. O Brasil está no caminho certo, mas há um longo caminho a percorrer. 

Fernando de Holanda Barbosa é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV

¹Acemoglu, Daron; Robinson, James. *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. Nova York: Gown Publishers, 2012.